

PM-SE

500 Questões gabaritadas
Soldado PM- 3ª Classe



CÓD: SL-033NV-24
7908433266150

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	49
3. Noções de Informática	63
4. Direitos Humanos	79
5. Direito Constitucional	93
6. Direito Processo Penal	107
7. Direito Administrativo	123
8. Conhecimentos Gerais do Estado de Sergipe	133
9. Legislação Específica da PMSE	139

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2023)

Leia o texto a seguir

Reembolso: em quais situações o consumidor tem direito e como solicitar

Apesar de ser um direito disponível para todos os consumidores, poucas pessoas conhecem as regras por trás do ressarcimento nas compras

Com tantos produtos e serviços sendo vendidos diariamente, a insatisfação de parte dos consumidores é algo iminente. Em algumas ocasiões, o produto recebido por uma compra pela internet não é tão agradável quanto em seu anúncio, apresentou algum defeito de fábrica ou apenas não serve para o consumidor, como é o caso de uma peça de roupa, por exemplo. Situações como estas são comuns, ainda mais levando em consideração que apenas o varejo (tradicional e digital) movimentam centenas de bilhões de reais todo ano.

As decepções são tão comuns, que apenas em 2021 os Institutos de Defesa do Consumidor (Procons) registraram um total de 1.823.797 de atendimentos no Brasil todo, dados que foram divulgados pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom).

Quanto às reclamações especificamente sobre produtos comprados pela internet, em 2021, o Procon-SP registrou um número de reclamações 535% maior se comparado com o ano de 2019, um total de 498.877 queixas.

Mas, afinal, o que buscam os consumidores com as reclamações?

Quando um consumidor se sente insatisfeito com o produto ou serviço contratado e busca solucionar o problema, ele pode recorrer a um reembolso, que terá a sua quantia gasta ressarcida. [...]

Porém, apesar do reembolso ser uma possibilidade para todos os consumidores, existem pessoas que ainda não estão cientes dessa possibilidade e outras que não sabem em quais situações elas podem solicitar esse direito.

Foi pensando nisso que a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE) divulgou um guia rápido que explica em quais situações a opção de ter o dinhei-

ro ressarcido está disponível, qual a quantia acordada da compensação e em que ocasiões as companhias são obrigadas a ressarcir o consumidor ou não.

Em quais ocasiões o ressarcimento é possível?

O primeiro ponto a ser destacado é de que, no caso de uma compra pela internet ou por telefone, dado que o consumidor tenha entrado em contato com a loja no prazo de 7 dias depois do recebimento do produto, o cliente tem o direito de desistir da compra e receber o valor gasto de volta.

Quando a compra é realizada em uma loja física, o fornecedor não é obrigado a devolver o dinheiro, uma vez que o CDC entende que o consumidor teve a possibilidade de olhar, provar ou experimentar o produto ou serviço.

Fonte: <https://exame.com/invest/minhas-financas/reembolso-quais-situacoes-oconsumidor-tem-direito-e-como-solicitar/>. Acesso em 30/12/2022

Todas as palavras estão corretamente grafadas em:

- (A) O reuso da água é importante para a preservação das nascentes.
- (B) O réuso da água é importante para a preservação das nascentes.
- (C) O réuso da água é importante para a preservação das nacentes.
- (D) O reuso da água é importante para a preservação das nacentes.

2. (2023)

sequência de palavras que apresenta todos os itens grafados de acordo com a ortografia padrão da língua portuguesa é:

- (A) capcioso—elocubração - procrastinar
- (B) capcioso— elucubração — procrastinar
- (C) capsioso-elucubração - procrastinar
- (D) capsioso—elocubração - procrastinar

3. (2024)

Leia o texto a seguir:

Pergaminhos de 2 mil anos são revelados com ajuda de IA: ‘É uma revolução na filosofia grega’

Trio de pesquisadores criou algoritmos que conseguiram ler um lote de cartas da Grécia Antiga carbonizado pela erupção do Vesúvio, em 79 d.C.

As Ciências Humanas têm uma nova aliada: a inteligência artificial (IA).

Um lote de pergaminhos em papiro de quase 2 mil anos de idade teve seu conteúdo enfim revelado pela primeira vez após pesquisadores utilizarem IA para decifrar o material, carbonizado e deteriorado com os séculos. Para a área, a descoberta pode destravar lacunas que a arqueologia e historiografia não conseguiram desvendar — uma revolução.

O anúncio foi realizado nesta segunda-feira, 5, como resultado do prêmio do **Desafio do Vesúvio** (Vesuvius Challenge), criado pelo cientista computacional Brent Seales, da Universidade do Kentucky, e por apoiadores no Vale do Silício, na Califórnia, EUA. Lançado no ano passado, o objetivo é chamar cientistas para desenvolverem algoritmos para escanear pergaminhos em papiro e transformá-los em imagens em alta resolução por meio de tomografia computadorizada.

Quem levou o prêmio foi o trio de jovens pesquisadores Youssef Nader (Alemanha), Luke Farritor (Estados Unidos) e Julian Schillinger (Suíça), recebendo US\$ 700 mil, segundo o executivo americano Nat Friedman, um dos patrocinadores do desafio.

O trio criou um software que leu 2 mil cartas da Grécia Antiga. O lote era mantido em uma luxuosa villa romana em Herculano, mas foi queimado no ano de 79 depois de Cristo, quando o Vesúvio devastou a Pompeia e levou cinzas às cidades vizinhas. Escavações do século 18 recuperaram mais de mil pergaminhos do lote, cuja propriedade é atribuída ao sogro do imperador romano Júlio César — e, até então, o conteúdo dos pergaminhos estava oculto de pesquisadores, devido à carbonização do material.

O trio se uniu de forma pouco comum. Em outubro passado, Farritor criou um software que conseguiu identificar a palavra grega “roxo”, o que lhe resultou um prêmio de US\$ 40 mil em desafio semelhante. Em novembro, ele se juntou a Nader e, dias depois, a Schillinger, que desenvolveu um algoritmo que revela imagens de tomografia computadorizada (TC). A inscrição do trio foi feita no prazo máximo para inscrever o projeto, em 31 de dezembro.

“Este é o início de uma revolução na papirologia de Herculano e na filosofia grega em geral. É a única biblioteca que chegou até nós da antiga Época Romana”, declarou ao jornal The Guardian a papirologista Federica Nicolardi, da Universidade de Nápoles Federico II.

Link: <https://www.estadao.com.br/link/cultura-digital/pergaminhos-de-2-mil-anos-sao-revelados-com-ajuda-de-ia-e-uma-revolucao-na-filosofia-grega/>. Acesso em 05/02/2024

“**As Ciências Humanas** têm uma nova aliada: a inteligência artificial (IA)” (1º parágrafo). Se o termo destacado fosse substituído por “Arqueologia”, a frase seria reescrita, à luz da norma-padrão, da seguinte forma:

- (A) A Arqueologia tem uma nova aliada: a inteligência artificial.
- (B) A Arqueologia têm uma nova aliada: a inteligência artificial.
- (C) A Arqueologia têm uma nova aliada: a inteligência artificial.
- (D) A Arqueologia teem uma nova aliada: a inteligência artificial

4. (2022)**Clonar para biodiversidade**

Em dezembro de 2020, o Centro de Conservação de Vida Selvagem do Colorado, nos EUA, foi palco de um nascimento histórico. Elizabeth Ann é o primeiro clone de uma espécie de furão ameaçada de extinção: o furão-de-patas-pretas. Ela é cópia de um ancestral que morreu na década de 1980 e teve suas células congeladas, uma fêmea chamada Willa. À primeira vista, o fato não impressiona. Afinal, quem não se lembra da ovelha Dolly, em 1996? Nas últimas décadas, a clonagem de mamíferos tornou-se lugar comum, utilizada constantemente para clonar animais de criação, esporte e domésticos. O que tem de tão especial neste novo clone?

A novidade não está na técnica, mas no uso. Elizabeth Ann foi criada com uma técnica muito similar à da ovelha Dolly. Óvulos de uma fêmea doméstica doadora foram coletados e tiveram seus núcleos removidos. O material genético de Willa foi então inserido neles, e um estímulo elétrico fez com que comesçassem a se dividir. O embrião foi implantado em uma fêmea doméstica, dentro de um esquema “barriga de aluguel”. Mas Elizabeth Ann não é um animal de criação ou de corrida, nem um pet. Ela é o primeiro mamífero clonado para um programa de conservação ambiental.

A espécie — furão-de-patas-pretas (*Mustela nigripes*) — já foi considerada extinta nos EUA na década de 1970, provavelmente devido à caça desenfreada do cão-da-pradaria, que era seu prato preferido. Na década de 1980, no entanto, foi descoberta uma pequena colônia destes animais, e teve início um programa de conservação. Não foi fácil, porque apenas sete animais conseguiram se reproduzir, o que diminuiu muito a diversidade genética dos descendentes, aumentando inclusive a suscetibilidade a doenças.

Uma estratégia para aumentar a diversidade é introduzir genes de populações diferentes, mas como fazer isso em uma espécie em extinção, onde todos os indivíduos são geneticamente muito próximos? Elizabeth Ann vem para resolver este problema. Ela traz genes de um animal que morreu há 35 anos, com uma diversidade genética três vezes maior do que a encontrada na população existente. É como se todos os furões-de-patas-pretas fossem primos de primeiro grau, e ela, uma estrangeira de um país distante.

Elizabeth Ann, agora sexualmente madura, após seu primeiro aniversário, aguarda a escolha do parceiro, que está sendo cuidadosamente selecionado entre os machos da espécie. E preciso, segundo os tratadores, escolher o macho mais “cavalheiro”, porque não se pode correr o risco de um namorado mais brutamontes machucar a única fonte de genes diferentes. Se ela conseguir se reproduzir e ter descendentes saudáveis, seu caso pode marcar o início de novos programas de conservação e reintrodução de genes para outras espécies em extinção.

O sucesso do programa em furões pode beneficiar muito mais do que os furões em si. Pode ser uma prova de conceito e atrair interesse e financiamento para repetir o processo com outras espécies. Clonar animais selvagens sempre foi um desafio muito maior do que animais domésticos, até porque as técnicas de criação e reprodução em cativeiro não são tão bem estabelecidas para espécies com as quais a Humanidade não convive tanto. O Zoológico de San Diego, por exemplo, está nos primeiros estágios para tentar o mesmo processo com o rinoceronte-branco-do-Norte, espécie da qual existem hoje só dois indivíduos. O sucesso de Elizabeth Ann pode servir para impulsionar programas como esse.

Clones normalmente nos levam a pensar em cópias e redução de diversidade. Elizabeth Ann vem para nos lembrar que clonagem e modificação genética são apenas ferramentas. O que fazemos com elas depende de nossa criatividade, ética e recursos. Clones podem ser usados para promover biodiversidade, e quem sabe, resgatar mais espécies em extinção.

Natália Pastenak
(O Globo, 31 de janeiro de 2022)

Uma palavra paroxítona encontra-se acentuada em:

- (A) fácil
- (B) óvulos
- (C) técnica
- (D) próximo

5. (2022)

TEXTO I

Perguntas sobre renda, raça e CPF viram entraves no Censo

Recenseadores relatam que condomínios costumam dificultar acesso para coleta de dados

“Eu não vou responder. É muito perigoso. Vocês tão pensando o quê? Chegam na minha casa do nada.” É comum que recenseadores ouçam reclamações como esta durante a coleta de dados para o Censo de 2022, que teve início em 1º de agosto.

A Folha acompanhou o trabalho de duas equipes em dois locais da cidade de São Paulo, na Vila Clementino e em Paraisópolis (ambos na zona sul), durante esta quinta-feira (18). Em ambos, os pesquisadores do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) relatam que muitas pessoas sentem medo de divulgar informações pessoais e a recusa em abrir a porta não é incomum.

Além disso, perguntas referentes à renda da residência e de dados pessoais, como CPF, assustam alguns. Diocélia Virmonde da Silva, 35, agente censitária municipal e responsável pelo posto de coleta da Vila Clementino, diz que pessoas com rendas mais baixas costumam receber melhor os pesquisadores.

Até o fim da coleta de dados, o posto em que ela trabalha vai visitar 30.000 domicílios. Até agora, já foram 3.000, sendo que cerca de 20% se recusaram a receber o pesquisador, que tentam convencer as pessoas a mudarem de ideia. “Explicamos que é importante para as políticas públicas”, diz. Apenas em último caso, afirma ela, o agente informa que responder o questionário é obrigatório por lei.

Da Silva conta que, hoje, o maior problema são os condomínios. “Temos que entrar em contato com o porteiro, que fala com o zelador e passa para o síndico. Só que eles demoram muito para nos responder e eu preciso ir até lá e explicar a urgência”, diz.

A agente censitária supervisora Vanessa Celina Campos, 20, diz ainda que, por se tratar de um ano de eleições, muitos acham que a pesquisa tem cunho político. “Não

tem nenhuma questão política. Isso causa receio, as pessoas acham que vamos perguntar em quem eles vão votar e não tem nada a ver”, afirma ela.

O recenseador Alberto Longo Craveiro, 46, analisa que pessoas mais idosas que vivem só e passam muito tempo sozinhas acabam conversando com os pesquisadores. “Com a pandemia, as pessoas ficaram muito só e elas veem no recenseador uma oportunidade para conversar.”

A pesquisa, que costuma ser realizada de dez em dez anos, é considerado o trabalho mais detalhado sobre as características demográficas e socioeconômicas da população brasileira. A edição mais recente ocorreu em 2010. A nova pesquisa seria em 2020, mas foi adiada devido à pandemia.

[...]

Isabella Menon

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/perguntas-sobre-renda-raca-e-cpf-viram-entraves-no-censo.shtml>. Adaptado.

Acesso em 20 de agosto de 2022.

A palavra “**Paraisópolis**” é acentuada pela mesma razão da palavra:

- (A) júris
- (B) lápis
- (C) açúcar
- (D) ônibus

6. (2022)

Leia o texto a seguir

Texto I

Ruy Castro é eleito para a Academia Brasileira de Letras

Jornalista e escritor ocupará a Cadeira 13 da instituição, que era do acadêmico Sergio Paulo Rouanet

O escritor e jornalista Ruy Castro foi eleito para a Cadeira 13 da Academia Brasileira de Letras. Ele irá ocupar a vaga que ficou aberta em julho, com o falecimento, aos 88 anos, do acadêmico Sergio Paulo Rouanet.

Favorito absoluto desde que se inscreveu para a eleição, Ruy fez 32 votos, superando com facilidade os candidatos Jackson dos Santos Lacerda, Rodrigo Cabrera Gonzales, Elói Angelos G. D’Arachosia, André Amado e Raquel Naveira.

— A Cadeira 13 é extraordinária. Ela começou com o Visconde de Taunay, um grande romancista do começo do século XX, e ele escolheu como patrono o Francisco Otaviano, um dos pais da imprensa brasileira — contextualiza Ruy. — Também foi ocupada por Augusto Meyer, que abasteceu milhares de bibliotecas nos 30 anos em que foi diretor do Instituto Nacional do Livro. Depois, por Fran-

cisco de Assis Barbosa que, além de ter sido um grande jornalista dos anos 1930 e 1940, foi quem organizou toda a obra do Lima Barreto e fez sua primeira grande biografia. Por fim, tivemos o grande Sergio Paulo Rouanet. Ou seja, não pode haver cadeira mais maravilhosa, com antecessores que, como eu, foram jornalistas que se tornaram escritores. Tenho que fazer jus a todos eles.

O novo imortal é conhecido como um dos principais biógrafos do país. Nascido em Caratinga (MG), em 1948, ele passou por importantes veículos de imprensa a partir dos anos 1960. Como jornalista iniciante, chegou a cobrir a posse de João Guimarães Rosa em 1967. Em 1992, lançou o primeiro grande sucesso, “Chega de saudade”, em que reconstrói o movimento da bossa nova através de seus protagonistas.

Presidente da ABL, o colunista do GLOBO Merval Pereira, destaca o talento do novo imortal como biógrafo e romancista:

— Ruy Castro é um grande escritor, biógrafo formidável não apenas de grandes nomes, como Garrincha, Nelson Rodrigues, mas da cidade do Rio e de movimentos fundamentais da nossa cultura, como a bossa nova. Seu mais recente romance, “Os perigos do Imperador” (2022), é exemplo do exímio escritor que é.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2022/10/ruy-castro-e-eleito-para-a-academia-brasileira-de-letas.ghtml>. Acesso em 06/10/2022. Adaptado

A palavra “biógrafo” recebe acentuação gráfica pela mesma razão da regra aplicada à palavra:

- (A) acadêmico
- (B) formidável
- (C) instituição
- (D) também

7. (2024)

Leia o texto a seguir:

Pergaminhos de 2 mil anos são revelados com ajuda de IA: ‘É uma revolução na filosofia grega’

Trio de pesquisadores criou algoritmos que conseguiram ler um lote de cartas da Grécia Antiga carbonizado pela erupção do Vesúvio, em 79 d.C.

As Ciências Humanas têm uma nova aliada: a inteligência artificial (IA).

Um lote de pergaminhos em papiro de quase 2 mil anos de idade teve seu conteúdo enfim revelado pela primeira vez após pesquisadores utilizarem IA para decifrar o material, carbonizado e deteriorado com os séculos. Para

MATEMÁTICA

1. (2021)

Foi realizada uma pesquisa em que se tinha o interesse de conhecer o rendimento, expresso em gramas por metro quadrado, de um determinado produto utilizado para impermeabilização de pisos. É correto afirmar que a variável de estudo dessa pesquisa é classificada como:

- (A) qualitativa nominal
- (B) quantitativa discreta
- (C) qualitativa ordinal
- (D) quantitativa contínua

2. (2023)

Em uma pousada, em um determinado dia, foram registrados 10 (dez) hóspedes. As idades dos hóspedes estão registradas na tabela a seguir.

24	67	88	36	7	36	4	56	77	5
----	----	----	----	---	----	---	----	----	---

O conjunto de dados das idades dos hóspedes tem:

- (A) amplitude menor que a sua mediana
- (B) idade mediana igual a 36 anos
- (C) idade média igual a 38 anos
- (D) duas modas

3. (2024)

Após uma consulta feita a 60 pessoas, um instituto de pesquisa constatou que:

- todos eles eram clientes de pelo menos um dos seguintes bancos: A, B, C;
- 27 eram clientes de apenas um desses três bancos;
- 18 eram clientes de apenas dois desses bancos.

Escolhendo-se ao acaso uma dessas pessoas, a probabilidade de que ela seja cliente de pelo menos dois desses bancos é de:

- (A) 40%
- (B) 45%
- (C) 50%
- (D) 55%

4. (2024)

Uma caixa contém duas notas de 5 reais e três notas de 10 reais, em um total de cinco notas. Juliano retira, ao acaso, apenas duas dessas notas. A probabilidade de que a quantia total retirada seja exatamente igual a 20 reais é de:

- (A) 10%
- (B) 20%
- (C) 30%
- (D) 40%

5. (2024)

Em um grupo de N pessoas que trabalham em uma determinada empresa, 60 delas recebem 3.000 reais por mês, 48 trabalham no setor A, e 12 recebem 3.000 reais por mês e trabalham no setor A. Se 47 funcionários dessa empresa recebem mensalmente mais de 3.000 reais e não trabalham no setor A, o valor de N é:

- (A) 140
- (B) 141
- (C) 142
- (D) 143

6. (2023)

Veja a seguir algumas informações contidas no edital de um concurso.

Será considerado(a) aprovado(a) o(a) candidato(a) que obtiver nota final superior a 7,0.

A prova será composta por questões de Português, Raciocínio Lógico e Conhecimentos Específicos.

As provas de Raciocínio Lógico e Conhecimentos Específicos terão peso 1 e a prova de Português, peso 2.

A tabela a seguir contém as notas obtidas por Márcio e Germana nessas provas:

	Português	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Específicos
Márcio	5,5	7,0	7,0
Germana	6,5	6,0	9,0

Com base nas informações acima, pode-se concluir **corretamente** que:

- (A) Márcio e Germana foram aprovados
- (B) Márcio e Germana foram reprovados
- (C) Márcio foi aprovado e Germana reprovada
- (D) Márcio foi reprovado e Germana aprovada

7. (2023)

Dois manuais, A e B, devem ser lidos por todos os 336 funcionários de uma fábrica. Após certo tempo, um dos gerentes dessa fábrica verificou que 115 funcionários já tinham lido o manual A e que 153 funcionários já tinham lido o manual B. Verificou ainda que o número de funcionários que não tinham lido nenhum dos manuais era igual ao dobro do número de funcionários que tinham lido ambos.

A quantidade de funcionários que leu apenas um dos manuais é igual a:

- (A) 130
- (B) 132
- (C) 134
- (D) 136

8. (2022)

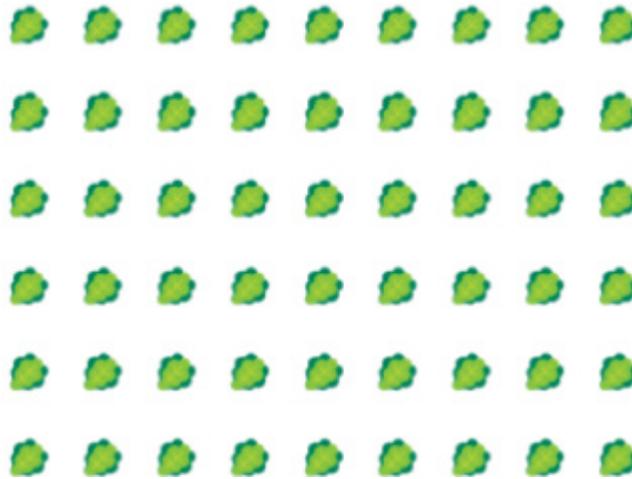
Em máquinas agrícolas, um horímetro é um instrumento que indica a quantidade de horas acumuladas de funcionamento de uma máquina ou veículo. No início e ao fim de um certo mês, um operador de máquinas observou que o horímetro de um trator marcava, nesta ordem, os valores de 7815 e 8411.

Pode-se concluir que, naquele mês, a quantidade de horas trabalhadas por aquele trator é um valor compreendido entre:

- (A) 500 e 550
- (B) 550 e 600
- (C) 600 e 650
- (D) 650 e 700

9. (2022)

Em uma horta escolar, plantou-se uma certa quantidade de mudas de alface. A figura a seguir mostra a disposição de todas elas nesta horta, onde cada “folha de alface” corresponde a uma muda.



A quantidade de mudas plantadas é um valor compreendido entre:

- (A) 20 e 30
- (B) 30 e 40
- (C) 40 e 50
- (D) 50 e 60

10. (2022)

Uma escola recebeu 60 pacotes de arroz que deverão ser armazenados em prateleiras. Por questões de segurança, cada prateleira deverá conter exatamente uma dúzia desses pacotes. A quantidade de prateleiras utilizadas é:

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 7
- (D) 8

11. (2022)

Um operador de máquinas precisará retirar trinta metros cúbicos de terra de um terreno e colocá-la em um caminhão para depois ser transportada. Para isso, utilizará uma escavadeira cuja capacidade máxima da caçamba é de dois metros cúbicos. A menor quantidade de viagens que este operador deverá fazer para transportar toda esta quantidade de terra para o caminhão é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 20
- (D) 25

12. (2021)

Observe a figura a seguir.

a	x	b	4	=	c	d	2
---	---	---	---	---	---	---	---

As letras a, b, c e d representam algarismos distintos e devem ser substituídas por 1, 3, 5 e 6, de modo que a igualdade obtida seja verdadeira. A letra b deve ser substituída pelo algarismo:

- (A) 1
- (B) 3
- (C) 5
- (D) 6

13. (2021)

Ao distribuir, igualmente, 152 ingressos para n pessoas, Júlia verificou que cada uma delas recebeu 8 ingressos e que a quantidade de ingressos que sobrou foi a maior possível. A soma dos algarismos de n é:

- (A) 9
- (B) 8
- (C) 7
- (D) 6

14. (2022)

Para manter o ambiente da cozinha limpo, acordou-se limpar as geladeiras sempre de 6 em 6 dias e os armários sempre de 8 em 8 dias. Hoje, tanto as geladeiras quanto os armários foram limpos. O número mínimo de dias necessários, a partir de hoje, para que os armários e as geladeiras voltem a serem limpos simultaneamente é de:

- (A) 14
- (B) 18
- (C) 24
- (D) 48

15. (2024)

Se x é um número real, então $\{x\}$ é igual ao inverso de x, aumentado da terça parte de x. Logo, $\{2/3\}$ é igual a:

- (A) 31/9
- (B) 35/9
- (C) 31/18
- (D) 35/18

16. (2023)

Considere uma operação ϑ , definida como $(m) \vartheta (n) = m.n+1$, para todo m e n pertencentes ao conjunto dos números reais. O valor de $(1/2) \vartheta [(1/3) \vartheta (1/4)]$ é:

- (A) 37/24
- (B) 37/12
- (C) 47/24
- (D) 47/12

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (2024)

Um usuário de computador precisa comprar um tipo de memória não volátil que seja capaz de preservar os dados armazenados por um longo tempo sem precisar de alimentação elétrica. Esse tipo de memória é conhecido como:

- (A) DDR4
- (B) SIMM
- (C) SRAM
- (D) FLASH

2. (2024)

Informática - Memórias (RAM, ROM, CACHE, HD etc.)

Atualmente, os microcomputadores e notebooks têm utilizado um dispositivo de armazenamento de dados em suas configurações que pode operar tanto na entrada como na saída, além de substituir o disco rígido, pelas vantagens que apresenta. É um componente eletrônico que não possui partes móveis, oferece velocidade de leitura e gravação mais rápidas, consome menos energia, gera menos calor, é mais resistente a choques, além de possuir um custo-benefício muito bom.

Esse dispositivo é conhecido pela sigla:

- (A) NFS
- (B) DNS
- (C) SSD
- (D) SSH

3. (2024)

Informática - Memórias (RAM, ROM, CACHE, HD etc.)

Normalmente, em um computador, temos diferentes tipos e tecnologias de armazenamento, para diversos fins. Um meio de armazenamento dito volátil, ou seja, cujos dados são apagados quando não há fornecimento de energia é o/a:

- (A) pendrive
- (B) disco rígido
- (C) memória RAM
- (D) Solid State Drive (SSD)

4. (2023)

Informática - Memórias (RAM, ROM, CACHE, HD etc.)

Um microcomputador moderno tem diferentes tipos de memória que suportam seu funcionamento. A memória que não é apagada quando se desliga o computador é a:

- (A) memória RAM
- (B) memória ROM
- (C) memória L1 da CPU
- (D) memória de registradores da CPU

5. (2022)

Informática - Memórias (RAM, ROM, CACHE, HD etc.)

A figura abaixo ilustra um dispositivo de armazenamento de dados bastante utilizado nas configurações atuais dos notebooks.



É um dispositivo que possui as características listadas a seguir.

- Representa uma nova tecnologia de armazenamento considerada a evolução do disco rígido (HD).
- Não possui partes móveis e é construído em torno de um circuito integrado semicondutor, o qual é responsável pelo armazenamento, diferentemente dos sistemas magnéticos (como os HD).
- Não utiliza partes mecânicas, o que reduz as vibrações e torna esses dispositivos completamente silenciosos.
- Apresenta a vantagem do tempo de acesso reduzido decorrente do uso da memória flash.

Esse dispositivo é conhecido pela sigla:

- (A) WVGA
- (B) SATA
- (C) SSD
- (D) BNC

6. (2021)

Uma determinada informação foi armazenada tanto em uma memória RAM quanto em uma memória ROM de um computador. Esse computador foi desligado. No dia seguinte, o usuário poderá encontrar esta informação novamente:

- (A) em ambas as memórias
- (B) apenas na memória RAM
- (C) apenas na memória ROM
- (D) em nenhuma das duas memórias

7. (2024)

No âmbito do *hardware* empregado nas configurações dos computadores, dois dispositivos são utilizados exclusivamente na saída dos dados já processados pela CPU. Esses dispositivos estão indicados na seguinte opção:

- (A) impressora multifuncional e scanner
- (B) impressora matricial e modem
- (C) impressora inkjet e pendrive
- (D) impressora laserjet e plotter

8. (2024)

No que se refere aos dispositivos empregados durante o funcionamento dos microcomputadores, existem os que só atuam fornecendo dados para serem processados pela CPU.

Dois exemplos desses dispositivos são:

- (A) plotter e teclado
- (B) teclado e scanner
- (C) pendrive e plotter
- (D) scanner e pendrive

9. (2023)

Informática - Periféricos (Dispositivos de Entrada e Saída)

Um usuário de um computador deseja instalar um periférico que funciona através da porta HDMI. A instalação do periférico é facilitada com a integração hardware e sistema operacional, de modo que não há necessidade de configuração do dispositivo, nem intervenção direta do usuário, pois o sistema operacional identifica o periférico e busca, de forma automática, os arquivos necessários para completar a instalação. Esse tipo de procedimento de instalação de periféricos é também denominado de técnica:

- (A) corretiva
- (B) preventiva
- (C) *plug and play*
- (D) *top performance*
- (E) *fail-safe defaults*

10. (2022)

No que diz respeito ao hardware dos microcomputadores e notebooks, os dispositivos utilizados na entrada e na saída de dados são enquadrados em três categorias, descritas a seguir.

I. São usados exclusivamente na entrada, na obtenção dos dados submetidos ao processamento.

II. São usados exclusivamente na saída, para exibir os resultados processados.

III. Podem ser usados tanto na entrada quanto na saída, dependendo do momento em que são empregados.

Três exemplos desses dispositivos, um para cada categoria acima, são, respectivamente:

- (A) scanner, teclado e plotter
- (B) pendrive, mouse e scanner
- (C) teclado, plotter e pendrive
- (D) mouse, scanner e teclado
- (E) plotter, pendrive e mouse

11. (2021)

Atualmente, um assistente administrativo precisa conhecer uma variedade de conceitos básicos de informática, relacionados à operação dos microcomputadores e *notebooks*. Nesse contexto, um mesmo dispositivo que atua integrado à configuração dessas máquinas, em um momento pode ser usado na entrada de dados funcionando como um *scanner*, na digitalização e obtenção de dados para processamento e, em outro instante, na saída dos dados já processados, operando como uma impressora típica na geração de listagens e relatórios. Esse dispositivo é conhecido por impressora:

- (A) *deskjet*
- (B) *laserjet*
- (C) matricial
- (D) multifuncional

12. (2021)

No que diz respeito ao hardware dos microcomputadores atuais, são utilizados dispositivos que operam exclusivamente na entrada de dados a serem processados. Dois exemplos desses dispositivos são:

- (A) *pendrive* e *scanner*
- (B) *pendrive* e *plotter*

- (C) teclado e *scanner*
 (D) teclado e *plotter*

13. (2024)

Informática - Conceitos Gerais de Sistemas Operacionais e Sistemas de Arquivos

No que se relaciona aos sistemas operacionais, o Windows 10 BR (x64) utiliza um sistema de arquivos padrão para organizar os dados armazenados. Os recursos que esse S. O. disponibiliza aos usuários, a execução do atalho de teclado Alt + Tab tem um significado e deve ser empregado com um objetivo bem definido.

Nesses termos, a sigla para referenciar esse sistema de arquivos e o objetivo do acionamento do atalho de teclado são, respectivamente:

- (A) NTFS e alternar o acesso aos aplicativos abertos
 (B) APFS e alternar o acesso aos aplicativos abertos
 (C) NTFS e mostrar/ocultar a área de trabalho
 (D) APFS e mostrar/ocultar a área de trabalho

14. (2023)

Informática - Conceitos Gerais de Sistemas Operacionais e Sistemas de Arquivos

Cada sistema operacional tem um sistema de arquivos padrão, com suas características próprias.

Uma característica do NTFS, sistema de arquivos padrão do Windows 10 em sua versão 64 bits, é:

- (A) limitar o nome de um arquivo em, no máximo, 8 caracteres alfanuméricos
 (B) obrigar que nomes de arquivos contenham um ponto e uma extensão
 (C) permitir que, dentro de uma pasta, sejam criadas outras pastas
 (D) limitar em 10 o número de pastas na raiz de um disco rígido

15. (2022)

Informática - Conceitos Gerais de Sistemas Operacionais e Sistemas de Arquivos

Software básico é um conjunto de programas que define o padrão de comportamento do equipamento, tornando-o utilizável, ou seja, são os programas usados para permitir o funcionamento do hardware. Uma categoria de software básico é o sistema operacional, que tem por função administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Dois exemplos de sistemas operacionais são:

- (A) Mac OS X e Google Chrome
 (B) Adobe In Design e Microsoft Edge
 (C) Ubuntu Linux e Thunderbird Mozilla
 (D) Microsoft Windows 10 BR e Android

16. (2023)

Um usuário do MS Windows 8.1 deseja abrir a tela de Pesquisar, para procurar um arquivo, utilizando teclas de atalho. Neste caso, as teclas de atalho a serem utilizadas são: Tecla do Windows +

- (A) F
 (B) H
 (C) I
 (D) K

17. (2024)

No uso dos recursos do Windows 10 BR (x64) em um notebook Intel, a execução do atalho de teclado

Tecla do logótipo do Windows  + E

tem por objetivo abrir o aplicativo:

- (A) Copilot
 (B) Menu de Atalhos
 (C) Painel de Controle
 (D) Explorador de Arquivos

18. (2023)

No uso dos recursos do Windows 10 BR (x64) em um microcomputador Intel, um funcionário da Prefeitura de Primavera do Leste – MT trabalha no Explorador de Arquivos, no modo de exibição “Detalhes”, visualizando o conteúdo da pasta CONTROLE no disco C:/. Essa pasta está armazenando diversos arquivos e nenhuma subpasta. No momento, esse funcionário precisa localizar rapidamente, no topo da lista, o arquivo modificado mais recentemente. Para isso, ele deve classificar a lista em ordem decrescente, pelo parâmetro:

- (A) Tipo do Arquivo
 (B) Data de Gravação
 (C) Data de Modificação
 (D) Tamanho do Arquivo

19. (2024)

Um usuário de uma rede de computadores baseada no Sistema operacional Linux precisa usar um comando para se comunicar com os outros usuários que estejam logados na rede nesse momento. O comando adequado para acessar essa função é o:

- (A) find
- (B) info
- (C) pico
- (D) talk

20. (2022)

No contexto dos sistemas operacionais de microcomputadores e notebooks,

I. um atalho de teclado é utilizado no Windows 10 BR com o objetivo e significado de permitir o acesso compartilhado aos programas abertos e em execução no sistema na modalidade multitarefa preemptiva;

II. nas distribuições Linux como o Ubuntu, uma pasta ou diretório armazena as configurações e aplicativos do sistema.

O atalho de teclado e a pasta descritos acima são, **respectivamente**:

- (A) Alt+F9 e /sys
- (B) Alt+F9 e /etc
- (C) Alt+Tab e /sys
- (D) Alt+Tab e /etc

21. (2021)

Quanto à utilização de recursos em sistemas operacionais Linux, dois atalhos de teclado devem ser usados nas situações listadas a seguir.

I. A execução de um atalho de teclado serve para imprimir um documento ou imagem.

II. A execução de outro atalho de teclado cola um item ou texto que já estiver copiado na área de transferência do sistema.

Os atalhos de teclado listados em I e II são, **respectivamente**:

- (A) Ctrl + P e Ctrl + V
- (B) Ctrl + I e Ctrl + W
- (C) Alt + P e Alt + V
- (D) Alt + I e Alt + W

22. (2013)

No editor Word do pacote MS Office 2013 BR (x64), em um notebook Intel com Windows 10 BR, o acionamento dos ícones  e  possuem, **respectivamente**, os seguintes objetivos:

respectivamente, os seguintes objetivos:

- (A) aplicar sombreamento e adicionar ou remover bordas
- (B) mudar a cor da fonte e adicionar ou remover bordas
- (C) aplicar sombreamento e adicionar uma tabela
- (D) mudar a cor da fonte e adicionar uma tabela

23. (2016)

Um texto foi digitado no processador de textos Word 2016 BR. Nesta atividade, ao texto inicialmente com alinhamento justificado, foram realizados os procedimentos descritos a seguir.

- No título contendo a logomarca da Guarda Municipal, foi aplicado alinhamento do tipo centralizado, por meio do acionamento de um ícone deste editor.

- Ao restante do texto, foi aplicado alinhamento à esquerda, por meio do acionamento de outro ícone.

- À citação “**São Gonçalo**”, existente no texto, foram aplicados estilos negrito e itálico por meio da execução de dois atalhos de teclado.

Os ícones para alinhamento centralizado e à esquerda e os atalhos de teclado para aplicação de estilos negrito e itálico foram, **respectivamente**:

- (A)  ,  , Ctrl + N e Ctrl + I
- (B)  ,  , Ctrl + N e Ctrl + I
- (C)  ,  , Alt + N e Alt + I
- (D)  ,  , Alt + N e Alt + I

DIREITOS HUMANOS

1. (2024)

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi **corretamente** informado a João que

- (A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- (B) as opções políticas das maiorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.
- (C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitada por João.
- (D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- (E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitado por João.

2. (2024)

Luiz, jornalista, preparou uma reportagem sobre a importância da Constituição Federal para a sociedade brasileira de uma forma geral, dando especial atenção, no seu texto, a um determinado fundamento da República Federativa do Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- (A) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (B) a prevalência dos direitos humanos.
- (C) a solução pacífica dos conflitos.
- (D) a igualdade entre os Estados.
- (E) a soberania.

3. (2024)

João, policial penal no Estado da Bahia, participou de um curso de aperfeiçoamento versando sobre Direito Constitucional. Em uma das aulas, Matheus, especialista na matéria, tratou de um determinado princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Matheus, em sua abordagem, tratou do princípio

- (A) da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) do valor social do trabalho e da livre iniciativa.
- (C) da solução pacífica dos conflitos.
- (D) do pluralismo político.
- (E) da cidadania.

4. (2023)

“A República Federativa do Brasil é uma autoridade que não pode ser limitada por nenhum outro poder, salvo, naturalmente, as restrições que decorrem dos imperativos de convivência pacífica dos Estados soberanos no plano do direito internacional.” O conceito citado reflete qual fundamento do Estado Democrático de Direito, segundo a Constituição de 1988?

- (A) A cidadania.
- (B) A soberania.
- (C) O pluralismo político.
- (D) A dignidade da pessoa humana.

5. (2023)

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil são valores que orientaram na elaboração da Constituição e são considerados os mandamentos nucleares do sistema constitucional; possuem como função estruturar o ordenamento jurídico, conferir coerência e lógica ao sistema, nortear a interpretação normativa e subsidiar as lacunas jurídicas. Considerando o exposto, é **correto** afirmar que:

- (A) O pluralismo político é um poder conferido aos Estados e municípios de forma independente e harmônica.

(B) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da solução pacífica dos conflitos.

(C) O princípio fundamental da soberania nacional é considerado o principal dentre todos os demais expressos na CF/1988.

(D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é um dos princípios fundamentais.

6. (2022)

Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são poderes da União independentes e:

- (A) fiscalizadores entre si
- (B) concorrentes entre si
- (C) harmônicos entre si
- (D) avaliadores entre si

7. (2022)

Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são fundamentos:

- (A) das leis ordinárias do Estado
- (B) das leis delegadas dos Municípios
- (C) das leis complementares da União
- (D) do Estado Democrático de Direito

8. (2022)

A Constituição Federal de 1988 é reconhecida como a Constituição Cidadã em função de seus princípios e objetivos fundamentais, que **NÃO** incluem a busca por:

- (A) construir uma sociedade mais justa, livre e solidária
- (B) erradicar a pobreza e a marginalização
- (C) acentuar e incrementar as desigualdades regionais
- (D) garantir o desenvolvimento nacional

9. (2022)

A Constituição Federal de 1988 estabelece que um dos fundamentos do Estado brasileiro é a sua soberania.

No plano transnacional, a soberania funda-se no princípio da:

- (A) defesa da paz
- (B) concessão política
- (C) independência nacional
- (D) extradição criminal

10. (2022)

A Constituição Federal de 1988 estabelece como um dos objetivos fundamentais a:

- (A) defesa da paz
- (B) prevalência dos direitos humanos
- (C) solução pacífica dos conflitos
- (D) redução das desigualdades sociais e regionais

11. (2021)

Conforme expresso na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil promoverá vida digna aos seus habitantes e tem como fundamentos, EXCETO:

- (A) Cidadania.
- (B) Soberania.
- (C) Pluralismo político.
- (D) Independência nacional.

12. (2021)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I. A dignidade da pessoa humana.
- II. Garantia do desenvolvimento nacional.
- III. Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- IV. Independência nacional.

Está **correto** o que se afirma apenas em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

13. (2023)

Como forma de garantir o cumprimento do princípio da dignidade da pessoa humana, os direitos fundamentais estão positivados no ordenamento jurídico brasileiro, sendo inerentes a todos os seres humanos.

Os direitos fundamentais são:

- (A) Ilimitados.
- (B) Absolutos.
- (C) Exauríveis.
- (D) Imprescritíveis.

14. (2022)

O direito de proteção individual e o tratamento igualitário dos próprios semelhantes assentam-se como um dos fundamentos constitucionais conhecido como:

- (A) cidadania
- (B) valores sociais
- (C) pluralismo político
- (D) dignidade da pessoa humana

15. (2022)

Dentre as características dos direitos fundamentais, aquela que não desaparece pelo decurso do tempo denomina-se:

- (A) imprescritibilidade
- (B) inviolabilidade
- (C) limitabilidade
- (D) relatividade

16. (2023)

Joana, estudante de Direito, questionou o seu professor a respeito das características dos denominados “direitos sociais”, consagrados na Constituição da República, considerando a natureza da atividade desenvolvida pelo Estado.

O professor respondeu, corretamente, que essa espécie de direito é caracterizada, em regra, pela

- (A) oferta de prestações estatais.
- (B) abstenção do Estado, não podendo avançar na esfera jurídica individual.
- (C) exigência de que a produção normativa estatal seja benéfica para a sociedade.
- (D) vedação de que os direitos individuais sejam satisfeitos antes dos direitos da sociedade.
- (E) exigência de que a atuação do Estado seja transparente, satisfazendo os interesses da sociedade.

17. (2022)

A renúncia pelo Estado de punir determinados fatos contra a ordem constitucional e contra o Estado democrático denomina-se:

- (A) graça
- (B) anistia
- (C) indulto
- (D) proteção

18. (2023)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o mandado de segurança será concedido para:

- (A) proteção do direito líquido e certo do indivíduo que foi violado
- (B) decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo
- (C) compensação de créditos tributários
- (D) ação transitada em julgado

19. (2023)

Os chamados remédios constitucionais são instrumentos ou ferramentas jurídicas, previstos na Constituição Federal com a finalidade de impedir ou evitar ilegalidades ou abuso de poder que prejudiquem direitos e interesses individuais. São eles: *habeas corpus*; *habeas data*; mandado de segurança; ação popular; e, mandado de injunção. Sobre o mandado de segurança, é possível afirmar que ele se destina ao cidadão

- (A) para proteger direito líquido e certo.
- (B) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.
- (C) sempre que sofrer ou se sentir ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de ir e vir.
- (D) sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

20. (2021)

Selma, após analisar a Constituição da República de 1988, constatou que o exercício de certo direito constitucional estava sendo inviabilizado em razão da falta de norma regulamentadora editada pelo poder competente.

Nesse caso, Selma pode ajuizar:

- (A) mandado de segurança;
- (B) pedido de reclamação;
- (C) mandado de injunção;
- (D) direito de petição;
- (E) *habeas data*.

21. (2022)

Antônio teve crédito negado perante um estabelecimento comercial, sob a justificativa de que seu nome estava inserido no Serviço de Proteção ao Crédito. Ao pedir certidão, constatou que existia restrição equivocadamente atribuída ao seu nome. A instituição negou-se a retificar o seu cadastro. O remédio constitucional apto a amparar o seu direito é:

- (A) o *habeas data*
- (B) o mandado de segurança
- (C) o *habeas corpus*
- (D) a ação popular

22. (2022)

Ilana, deputada estadual, tomou conhecimento de que o prefeito do Município Alfa decidira construir uma escola pública no Bairro X, iniciativa muito comemorada pelos moradores do local. No entanto, ao analisar as características dos terrenos em que a escola seria construída, Ilana descobriu que se tratava de uma unidade de preservação ambiental.

Ao consultar um advogado sobre a ação constitucional que poderia ajuizar para obstar a construção, Ilana foi corretamente informada de que:

- (A) seria possível ajuizar ação popular, considerando o dano que seria potencialmente causado ao meio ambiente com a construção da escola;
- (B) seria possível impetrar mandado de segurança, única ação constitucional que se presta a evitar irregularidades praticadas em detrimento do interesse público;
- (C) seria possível ajuizar ação popular, mas apenas se houvesse prova de irregularidades na contratação da construtora, causando danos ao patrimônio público;
- (D) não seria possível ajuizar qualquer ação, pois tanto a decisão política de construir a escola como o local em que tal ocorreria eram da alçada exclusiva do prefeito municipal;
- (E) seria possível impetrar mandado de segurança, ação mais célere para obstar a consumação do dano ambiental, desde que houvesse prova pré-constituída da narrativa.

23. (2023)

Os chamados remédios constitucionais, que decorrem dos direitos e garantias fundamentais descritos no Art. 5º da Constituição Federal da República, são essenciais para proteger e assegurar, a todos os brasileiros e estrangeiros, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade privada. Sobre os remédios

constitucionais, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1 - Habeas corpus.
- 2 - Mandado de injunção.
- 3 - Habeas data.
- 4 - Mandado de segurança.

() Concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

() Concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

() Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

() Concedido para proteger direito líquido e certo.

A sequência está correta em

- (A) 2, 1, 3, 4.
- (B) 2, 3, 4, 1.
- (C) 3, 4, 1, 2.
- (D) 4, 2, 1, 3.

24. (2023)

Ana, pessoa sem formação jurídica, realizou uma pesquisa com o objetivo de compreender a funcionalidade dos direitos sociais no âmbito do Estado Democrático de Direito, mais especificamente em relação ao papel assumido pelo Estado.

Ao final de suas reflexões, concluiu que a funcionalidade desses direitos é a de:

- (A) assegurar a liberdade individual;
- (B) como regra, assegurar a fruição de determinadas prestações estatais;
- (C) restringir a esfera jurídica do indivíduo em prol dos interesses da sociedade;
- (D) atender aos anseios da coletividade, já que um direito dessa natureza jamais é fruído individualmente;
- (E) impedir que haja rupturas na democracia, de modo que a sociedade sempre possa deliberar sobre o seu futuro.

25. (2023)

Dispõe o inciso IV, do Art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que o salário mínimo, fixado em lei, será nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Diante do exposto e do entendimento dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trabalhadores do comércio que ganham remuneração variável (comissão) não gozam da garantia do salário-mínimo.
- (B) O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário- -mínimo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi **corretamente** informado a João que

- (A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- (B) as opções políticas das majorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.
- (C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitada por João.
- (D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- (E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitado por João.

2. (2024)

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, consiste em um de seus fundamentos

- (A) a soberania popular com a democracia direta.
- (B) a liberdade de expressão irrestrita.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) o incentivo a livre concorrência sem qualquer intervenção do Estado.
- (E) a polarização político-partidária.

3. (2024)

Luiz, jornalista, preparou uma reportagem sobre a importância da Constituição Federal para a sociedade brasileira de uma forma geral, dando especial atenção, no seu texto, a um determinado fundamento da República Federativa do Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- (A) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (B) a prevalência dos direitos humanos.
- (C) a solução pacífica dos conflitos.
- (D) a igualdade entre os Estados.
- (E) a soberania.

4. (2024)

O artigo 3º da Constituição Federal dispõe sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
 - II. Erradicar a pobreza e a marginalização.
 - III. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - IV. Garantir o desenvolvimento do Estado liberal.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e IV, apenas.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) II e IV, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.

5. (2024)

João, policial penal no Estado da Bahia, participou de um curso de aperfeiçoamento versando sobre Direito Constitucional. Em uma das aulas, Matheus, especialista na matéria, tratou de um determinado princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Matheus, em sua abordagem, tratou do princípio

- (A) da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) do valor social do trabalho e da livre iniciativa.
- (C) da solução pacífica dos conflitos.
- (D) do pluralismo político.
- (E) da cidadania.

6. (2023)

Sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, as seguintes afirmativas estão previstas na Constituição da República de 1988, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (B) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (C) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- (D) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos previstos na Constituição da República.
- (E) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais está previsto como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

7. (2022)

Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são poderes da União independentes e:

- (A) fiscalizadores entre si
- (B) concorrentes entre si
- (C) harmônicos entre si
- (D) avaliadores entre si

8. (2022)

Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são fundamentos:

- (A) das leis ordinárias do Estado
- (B) das leis delegadas dos Municípios
- (C) das leis complementares da União
- (D) do Estado Democrático de Direito

9. (2022)

Entre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais está:

- (A) a intervenção em nações não democráticas
- (B) a não concessão de asilo político
- (C) o apoio em guerras pelos direitos humanos
- (D) o repúdio ao terrorismo e ao racismo

10. (2022)

A República Federativa do Brasil formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal se amolda a um Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político que, com base na atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, se constituem em:

- (A) princípios fundamentais
- (B) regras exclusivas do meio ambiente
- (C) regras exclusivas da livre concorrência
- (D) regras exclusivas da atividade econômica e social

11. (2022)

A Constituição Federal de 1988 é reconhecida como a Constituição Cidadã em função de seus princípios e objetivos fundamentais, que **NÃO** incluem a busca por:

- (A) construir uma sociedade mais justa, livre e solidária
- (B) erradicar a pobreza e a marginalização
- (C) acentuar e incrementar as desigualdades regionais
- (D) garantir o desenvolvimento nacional

12. (2022)

A Constituição Federal de 1988 é reconhecida internacionalmente como a Constituição Cidadã porque constituiu no Brasil um Estado Democrático de Direito com seus princípios fundamentais, dentre os quais **NÃO** se inclui:

- (A) a intervenção
- (B) o pluralismo político
- (C) o valor social do trabalho
- (D) a dignidade da pessoa humana

13. (2022)

A Constituição Federal de 1988 estabelece que um dos fundamentos do Estado brasileiro é a sua soberania.

No plano transnacional, a soberania funda-se no princípio da:

- (A) defesa da paz
- (B) concessão política
- (C) independência nacional
- (D) extradição criminal

14. (2022)

Segundo os princípios fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988, a forma de estado adotada no Brasil é de uma:

- (A) república
- (B) federação
- (C) soberania
- (D) democracia

15. (2022)

O Art 1º da Constituição Federal/1988 estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos o pluralismo político, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a soberania, além do(a):

- (A) cidadania e dignidade da pessoa humana
- (B) repúdio ao terrorismo e ao racismo e defesa da paz
- (C) não intervenção e solução pacífica dos conflitos
- (D) autodeterminação dos povos e igualdade entre os Estados

16. (2022)

A Constituição Federal de 1988 estabelece como um dos objetivos fundamentais a:

- (A) defesa da paz
- (B) prevalência dos direitos humanos
- (C) solução pacífica dos conflitos
- (D) redução das desigualdades sociais e regionais

17. (2021)

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- (A) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (B) o Legislativo, o Administrativo e o Jurídico.
- (C) o Legal, o Executivo e o Judiciário.
- (D) o Legal, o Administrativo e o Jurídico.
- (E) o Legislativo, o Administrativo e o Judiciário.

18. (2021)

De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem os a seguir listadas, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) Expandir o território por meio de tratados e alianças.
- (E) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

19. (2021)

Fiona é empresária com contatos em vários países dispostos a investir no Brasil. Um dos setores buscados é o de petróleo e gás. Ao analisar a divisão de competências estabelecidas na Constituição Federal, verifica que existe um setor que pertence aos estados federados. Nos termos da Lei Maior, cabe aos estados a exploração direta ou mediante concessão de serviços locais de:

- (A) minério de ouro
- (B) gás canalizado
- (C) pedras preciosas
- (D) águas marítimas

20. (2024)

Acerca da repartição constitucional de competências, é **correto** afirmar que

- (A) a União possui competência privativa para legislar sobre consumidor.
- (B) o Estado tem competência concorrente para legislar sobre direito civil.
- (C) o Município tem competência comum para editar normas sobre licitação e contratos com a Administração Pública.
- (D) o Município tem competência para editar normas de interesse local.
- (E) o Estado possui competência suplementar para legislar sobre desapropriação.

21. (2022)

Um grupo de moradores do Município Alfa decidiu iniciar uma grande mobilização para alterar a Lei municipal nº XX, que estabelecia o horário de funcionamento do comércio local de modo, a seu ver, inadequado.

Nesse caso, de acordo com a ordem constitucional:

- (A) o grupo apenas pode solicitar que a Assembleia Legislativa uniformize a matéria em todo o Estado;
- (B) pode ser apresentado projeto de lei de iniciativa popular por, pelos menos, 5% do eleitorado;
- (C) o grupo apenas pode sugerir aos vereadores que alterem a lei, o que exige que algum deles apresente o projeto;
- (D) o grupo apenas pode sugerir ao prefeito municipal que apresente o projeto de lei de alteração, pois apenas ele pode fazê-lo;
- (E) pode ser apresentada a requisição de realização de plebiscito sobre a matéria, a ser obrigatoriamente organizado pela Câmara Municipal de Alfa.

22. (2022)

João perguntou a Maria, estudante de direito, se, à luz da forma federativa de Estado adotada no Brasil, os Municípios deveriam ser regidos por uma Constituição ou por uma Lei Orgânica.

Maria respondeu corretamente que os Municípios são regidos por uma

- (A) Lei Orgânica, editada pela Câmara Municipal.
- (B) Constituição, editada pela Câmara Municipal.
- (C) Lei Orgânica, editada pela Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
- (D) Constituição, editada pela Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
- (E) Constituição ou por uma Lei Orgânica, a depender da opção da Câmara Municipal.

23. (2022)

Com o objetivo de uniformizar certas práticas administrativas no âmbito dos Municípios situados em seu território, o que, segundo estudos realizados pelo Tribunal de Contas, aumentaria a eficiência administrativa e reduziria o gasto público, o Estado *Alfa* aprovou norma exigindo que, em cada contratação cujo valor superasse 1% do orçamento anual, seria necessário que o Prefeito do respectivo Município, antes da assinatura do contrato, o submetesse à aprovação do Governador do Estado.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é **correto** afirmar que a referida norma

- (A) é constitucional, considerando que os Municípios estão submetidos às normas do respectivo Estado, e este às normas da União.
- (B) é constitucional, mas apenas se a norma tiver sido previamente aprovada pela assembleia estadual dos Municípios.
- (C) é inconstitucional, pois norma dessa natureza somente poderia ter sido editada pela União, não pelo Estado.
- (D) é constitucional, mas apenas se a norma tiver sido inserida na Constituição do Estado Alfa.
- (E) é inconstitucional, pois a norma afronta a autonomia política dos Municípios.

24. (2021)

Após diplomação, no exercício da atividade legislativa, o Vereador do Município X é flagrado exigindo o repasse de parte dos salários dos integrantes do seu gabinete para a conta de uma terceira pessoa a ele vinculada.

Em tal situação, a competência para o processo e julgamento do fato é do(a):

- (A) Supremo Tribunal Federal;
- (B) Superior Tribunal de Justiça;
- (C) Tribunal de Justiça de Rondônia;
- (D) Turma Recursal;
- (E) Juízo de Direito estadual de primeiro grau.

25. (2021)

Jéssica, vereadora no Município Alfa, realizou sérias críticas ao sistema de transporte público de caráter coletivo oferecido aos munícipes.

Na ocasião, ela afirmou que, além de a qualidade ser sofrível, não eram revertidos, em benefícios para a coletividade, as inúmeras vantagens oferecidas pelo Poder Público às sociedades empresárias do setor, que "*sangravam os cofres públicos e a coletividade sem piedade*".

Insatisfeitas, essas sociedades, no afã de promover a responsabilidade civil de Jéssica, procuraram a orientação de um advogado, que lhes respondeu, **corretamente**, que

- (A) a responsabilização de Jéssica somente seria possível caso sua opinião tivesse sido emitida fora do recinto da Câmara Municipal de Alfa.
- (B) Jéssica, diversamente dos parlamentares federais e estaduais, não tinha inviolabilidade por suas opiniões e palavras, sendo possível responsabilizá-la.

DIREITO PROCESSO PENAL

1. (2024)

Na fase do inquérito policial, conforme o Código de Processo Penal Brasileiro, o sujeito ativo recebe a denominação de

- (A) indiciado.
- (B) detento.
- (C) denunciado.
- (D) querelante.

2. (2024)

Nos crimes de ação pública, o Código de Processo Penal Brasileiro determina que o inquérito policial será iniciado

- (A) de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária e a requerimento do ofendido.
- (B) de ofício, por determinação legal do poder executivo, mediante requisição da autoridade policial e a requerimento do ofendido.
- (C) por determinação legal administrativa, mediante requisição da autoridade policial e a requerimento do acusado.
- (D) por determinação legal administrativa, mediante requisição da autoridade judiciária e a requerimento do ofendido.

3. (2024)

Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito policial, atraindo a atenção de todos os presentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.

(C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.

(D) a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, enviando cópia dos autos ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído pelo indiciado.

(E) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

4. (2024)

Acerca do inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) A autoridade policial pode arquivá-lo de ofício.
- (B) Se o indiciado for menor, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.
- (C) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas ou diligências.
- (D) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

5. (2023)

Em se tratando de inquérito policial, observe as assertivas a seguir:

- I. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

II. Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

III. Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

IV. O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

Com base nas premissas expostas, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas I, II e IV estão corretas.
- (C) Apenas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas II, III e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

6. (2023)

Relativamente ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- (A) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (B) É vedada a requisição de diligências pelo indiciado em inquérito policial, por ser providência a cargo exclusivo dos órgãos de persecução penal.
- (C) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- (D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia.

7. (2023)

O inquérito policial tem por finalidade subsidiar o oferecimento da denúncia ou da queixa pelo titular da ação penal e tem sido classificado como peça de natureza administrativa. Criado em 1871, enquanto ainda vigorava o regime imperial, o inquérito policial passou por intensas transformações ao longo do tempo, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual concebeu nova face ao direito penal e processual penal, à luz da dignidade da pessoa humana e do respeito aos direitos e às garantias fundamentais. (Adaptado.) Fonte: STJ.

Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/porta1p/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/12022023-O_inquerito_policial-segundo-o-STJ-respeito-aos-direitos-e-as-garantias-fundamentais. (adaptado)

Considerando o Inquérito Policial e as atividades de polícia judiciária, avalie as situações a seguir:

I. em relação à infração penal prevista no art. 239 (Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro) da Lei 8.069/90 (Estatuto da criança e do adolescente), o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.

II. durante a fase de inquérito policial, o delegado de polícia tem poder para determinar a prisão temporária do indiciado.

III. a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 5 (cinco) anos.

IV. é direito do defensor do investigado o amplo acesso aos elementos de prova, que já estejam documentados nos autos da investigação policial.

V. após concluídas as investigações, não havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, o delegado de polícia deverá promover o arquivamento do inquérito policial, em homenagem ao princípio constitucional da presunção de inocência.

É correto apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e V.

8. (2023)

Acerca do inquérito policial, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

() Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

() Nos crimes de ação pública o inquérito policial será sempre iniciado de ofício.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - V
- (C) F - F - V

- (D) V - V - F
(E) F - V - F

9. (2023)

Considere o caso hipotético apresentado e, com base no disposto no art. 10, do Código de Processo Penal, que trata do prazo para a finalização do inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

Um indivíduo é preso em flagrante por suspeita de cometer um crime de roubo. A autoridade policial instaura o inquérito policial para apurar os fatos. O prazo máximo para a conclusão do inquérito nesse caso é de:

- (A) 05 dias, independentemente da situação do indiciado.
(B) 10 dias, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
(C) 10 dias, a partir da instauração do inquérito policial.
(D) 30 dias, independentemente da situação do indiciado.
(E) 30 dias, contados a partir da data de apresentação do indiciado à autoridade policial.

10. (2023)

Com base no disposto no art. 5º, do Código de Processo Penal, que trata do início do inquérito policial nos crimes de ação pública, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Pode ser iniciado apenas mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
(B) Pode ser iniciado apenas a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
(C) Pode ser iniciado somente mediante requisição da autoridade judiciária.
(D) Pode ser iniciado também de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
(E) Pode ser iniciado apenas mediante requerimento do Ministério Público.

11. (2023)

No que diz respeito ao Inquérito Policial, previsto no Código de Processo Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- (A) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
(B) É vedado o sigilo no inquérito policial.

(C) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, mesmo que não haja necessidade de novas diligências para o oferecimento da denúncia.

(D) O Ministério Público não poderá, em nenhuma hipótese, requerer a devolução do inquérito à autoridade policial.

(E) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia

12. (2022)

Com relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- (A) É indispensável sua instauração e conclusão com indiciamento para o oferecimento da denúncia.
(B) Não é admitida sua instauração em crime de ação penal pública condicionada a representação.
(C) O delegado pode arquivar o inquérito policial quando não identificar o autor da infração penal.
(D) O inquérito policial é um procedimento administrativo sigiloso que reúne informações para subsidiar a ação penal.
(E) A instauração do inquérito policial, de ofício, pelo delegado é obrigatória em se tratando de crimes de ação penal privada.

13. (2022)

Entre as providências previstas no art. 6.º do Código de Processo Penal, que a autoridade policial poderá realizar imediatamente após ser comunicada da ocorrência de infração penal, inclui-se

- (A) realizar busca pessoal e domiciliar com apreensão de objetos, se for o caso.
(B) colher, em caso de prisão, informações sobre a existência de filhos menores do indiciado.
(C) autorizar a interceptação de dados e das comunicações telefônicas do indiciado.
(D) determinar a incomunicabilidade do indiciado por até cinco dias.
(E) prender o indiciado temporária ou preventivamente, conforme a necessidade.

14. (2022)

Se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, o inquérito deverá terminar no prazo de

- (A) 10 dias.
- (B) 90 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 60 dias.

15. (2022)

Assim que a Autoridade Policial tomar conhecimento da prática de uma infração penal, ela, de ofício, deverá tomar algumas medidas com vistas à instrução do Inquérito Policial.

Considerando o expressamente disposto no Código de Processo Penal, assinale a medida que **NÃO** pertence a tal rol:

- (A) Apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato.
- (B) Averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.
- (C) Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.
- (D) Proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

16. (2022)

Durante o inquérito policial, Bernardo, advogado de Júlia, indiciada pela suposta prática do crime de roubo, foi impedido pelo delegado de polícia de ter acesso às provas já produzidas e documentadas nos autos do inquérito.

Nesse caso, é **correto** afirmar que

- (A) agiu bem o delegado, porque o inquérito é sigiloso.
- (B) agiu mal o delegado. De acordo com enunciado de súmula vinculante, o delegado de polícia é obrigado a permitir o acesso a todos elementos já documentados nos autos do inquérito ao advogado. Contudo, o delegado pode deixar de exibir diligência em curso ainda não documentada.
- (C) agiu bem o delegado, visto que somente Júlia poderia ter acesso aos autos do inquérito, inclusive aos elementos decorrentes de diligências em curso, ainda não documentadas.

(D) cabe à autoridade policial decidir fundamentadamente se permitirá ao advogado o acesso a todos elementos já documentados nos autos do inquérito. Portanto, agiu bem o delegado de polícia.

(E) agiu mal o delegado, visto que ao advogado é sempre permitido o acesso aos elementos já documentados nos autos do inquérito e a todos os elementos decorrentes de diligências em curso, ainda que não documentadas.

17. (2022)

Após receber informações sobre suposta prática de homicídio, a autoridade policial chegou no local para realizar diligências. Ocorre que, após a liberação dos peritos criminais, a autoridade policial esqueceu de apreender a arma de fogo deixada no local do crime.

Nesse aspecto, é **correto** afirmar que

- (A) as diligências no local foram corretamente realizadas pela autoridade policial.
- (B) agiu corretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo, era prescindível mandado judicial.
- (C) agiu incorretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo dependeria de autorização judicial.
- (D) caberia aos peritos criminais decidir sobre a apreensão da arma de fogo no local.
- (E) caberia à autoridade policial apreender os objetos que tivessem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais, e colher provas que servissem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, dentre outras diligências.

18. (2022)

O documento lavrado logo após a comunicação à polícia judiciária sobre existência de um crime punido com reclusão é denominado de

- (A) queixa-crime.
- (B) denúncia.
- (C) investigação preliminar.
- (D) boletim de ocorrência.

19. (2022)

De acordo com o Código de Processo Penal, em relação ao Inquérito Policial, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, mesmo que não seja para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

O regime jurídico-administrativo é caracterizado pela incidência de normas jurídicas que conferem especiais contornos à atividade administrativa e são fundamentais para a compreensão das proteções e das restrições jurídicas que se refletem sobre tal atividade. É uma característica desse regime:

- (A) a supremacia dos interesses coletivos, que se posicionam acima de direitos individuais que conflitem com o Estado
- (B) privilégios que a Administração não pode dispor, como o juízo privativo, o processo especial de execução e a impenhorabilidade de seus bens
- (C) um conjunto de restrições e prerrogativas, encontradas comumente também nas relações entre particulares, que podem potencializar ou mesmo restringir as atividades da Administração Pública
- (D) prerrogativas reservadas ao regime jurídico da Administração Pública que decorrem da indisponibilidade do patrimônio público e de restrições amparadas pela supremacia do interesse público

2. (2024)

O princípio básico da administração pública que exige resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e seus membros é denominado princípio da:

- (A) eficiência
- (B) moralidade
- (C) razoabilidade
- (D) proporcionalidade

3. (2024)

O princípio da Administração Pública que se aproxima da noção de economicidade e que busca a melhor utilização dos recursos públicos denomina-se:

- (A) finalidade
- (B) eficiência
- (C) publicidade
- (D) razoabilidade

4. (2024)

Um dos princípios que regem a Administração Pública impõe ao administrador agir de maneira ética, com probidade, considerando que o interesse público se sobrepõe ao interesse particular. A acumulação ilícita de dois cargos públicos é um bom exemplo de afronta ao princípio da:

- (A) impessoalidade
- (B) moralidade
- (C) legalidade
- (D) eficiência

5. (2024)

O princípio do direito administrativo que impõe a necessidade de adoção, pelo administrador, de critérios técnicos e profissionais, que assegurem o melhor resultado possível, é denominado de:

- (A) eficiência
- (B) legalidade
- (C) moralidade
- (D) impessoalidade

6. (2023)

Dos princípios que regem a administração pública, aquele que tem como base a exigência da ampla divulgação dos atos praticados denomina-se:

- (A) impessoalidade
- (B) especialidade
- (C) publicidade
- (D) legalidade

7. (2023)

O princípio básico da administração pública que, de acordo com Meirelles (2020, p. 80), determina que o agente administrativo deve, em suas ações considerar o elemento ético, distinguir o bem do mal e, ao atuar, considerar ir muito além do legal e do ilegal, do justo e do injusto, do conveniente e do inconveniente, do oportuno e do inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto. Essa determinação se refere ao princípio da:

- (A) motivação
- (B) legalidade

- (C) moralidade
- (D) impessoalidade

8. (2023)

A administração pública precisa estar alicerçada nos cinco princípios previstos pela Constituição Federal de 1988. O princípio que exige que a atividade administrativa seja exercida de maneira eficiente, com rendimento funcional, denomina-se:

- (A) eficiência
- (B) legalidade
- (C) moralidade
- (D) impessoalidade

9. (2023)

O princípio que tem como característica a vedação de promoção pessoal do agente público na realização dos serviços prestados pela Administração Pública denomina-se:

- (A) eficiência
- (B) moralidade
- (C) publicidade
- (D) impessoalidade

10. (2023)

O princípio administrativo de modelo gerencial, relacionado à forma de atuação do agente público, que privilegia a aferição de resultados no intuito de alcançar melhores metas na prestação dos serviços públicos, denomina-se:

- (A) eficiência
- (B) moralidade
- (C) razoabilidade
- (D) impessoalidade

11. (2022)

O servidor público municipal que, com intenção procrastinatória, deixa de utilizar determinada ferramenta tecnológica a seu dispor, que facilita o cumprimento de sua função, viola o princípio da:

- (A) impessoalidade
- (B) legalidade
- (C) publicidade
- (D) eficiência

12. (2022)

A ampla divulgação dos atos praticados pela administração para dar transparência na atuação administrativa, como requisito de eficácia, é característica do princípio da:

- (A) legalidade
- (B) moralidade
- (C) publicidade
- (D) impessoalidade

13. (2022)

Segundo Pinto (2008), o princípio da moralidade evita que a atuação administrativa se distancie da moral. Tal princípio obriga que a atividade administrativa seja pautada pela lei e pelos princípios éticos de:

- (A) boa-fé, lealdade e probidade
- (B) transparência, coesão e coerência
- (C) isonomia, equidade e subjetividade
- (D) autoridade, burocratismo e obediência

14. (2022)

Segundo Frizzo e Paranhos (2021), o princípio da publicidade é condição imprescindível à democracia, pois permite a participação dos administrados na condução da função administrativa e, conseqüentemente:

- (A) as ações em benefício do administrador público
- (B) a deliberação popular sobre as leis anticorrupção
- (C) o controle da atuação dos entes públicos pela sociedade
- (D) o alinhamento com os interesses dos que ocupam o poder

15. (2024)

A Constituição Federal revela uma série de princípios que direta ou indiretamente são aplicáveis à Administração Pública. Entre esses, está a garantia que cada parte envolvida em processo judicial ou administrativo tem de se manifestar sobre todas as provas e as alegações produzidas pela parte contrária, bem como a possibilidade de usar todos os meios legais para provar e para defender as suas manifestações. Nesse caso, tratase do seguinte princípio administrativo implícito:

- (A) legalidade
- (B) moralidade
- (C) contraditório e ampla defesa
- (D) supremacia do Interesse Público sobre o interesse particular

16. (2022)

Tiago Noah é Secretário Municipal de Administração do município VB e, verificando que determinado ato administrativo padece de vício de nulidade, determina, de ofício, o seu desfazimento. Trata-se da aplicação, no âmbito do controle administrativo, do princípio da:

- (A) provocação
- (B) inércia
- (C) autotutela
- (D) extensão

17. (2021)

O princípio básico da administração pública implícito na Constituição Federal (1988) e previsto na Lei nº 14.133/2021 que, segundo Hely Lopes Meirelles (2020), envolve a proporcionalidade, proibindo excesso, e que “objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesões aos direitos fundamentais”, é o denominado princípio da:

- (A) finalidade
- (B) legalidade
- (C) moralidade
- (D) razoabilidade

18. (2024)

O ato administrativo se caracteriza como acontecimento juridicamente relevante. Além disso, o ato administrativo:

- (A) em regra, engloba as hipóteses em que ocorre omissão e silêncio da administração
- (B) quando o ato está sujeito ao regime público, recebe o nome de ato da administração
- (C) envolve todos os acontecimentos que produzem efeitos no mundo jurídico-administrativo
- (D) expressa a vontade unilateral da Administração, sob regime de direito público, gerando efeitos legais de interesse público

19. (2022)

Toda manifestação unilateral da vontade da administração pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir ou declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria é chamada de:

- (A) Lei provisória
- (B) Norma interna
- (C) Ato administrativo
- (D) Função pública

20. (2022)

O requisito do ato administrativo que é necessário para sua perfeição e é caracterizado como a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo, podendo vir expresso em lei ou a critério do administrador, é:

- (A) a forma
- (B) o objeto
- (C) o motivo
- (D) a finalidade

21. (2022)

Quando um ato produz um resultado específico a ser alcançado, previsto na lei, é um elemento do ato administrativo denominado:

- (A) finalidade
- (B) motivo
- (C) forma
- (D) objeto

22. (2024)

Os atos administrativos são unilaterais, isto é, dependem apenas da vontade da Administração Pública ou de pessoas que estejam exercendo prerrogativas públicas para sua promulgação. Para tanto, esses atos se valem de alguns atributos. São dois atributos nem sempre previstos em todo ato administrativo a:

- (A) imperatividade; e a tipicidade
- (B) imperatividade; e a autoexecutoriedade
- (C) presunção da legitimidade e veracidade; e a tipicidade
- (D) presunção da legitimidade e veracidade; e a autoexecutoriedade

23. (2021)

ETR, sociedade empresarial, resolve impugnar determinado ato administrativo emanado do município MR aduzindo sua ilegalidade. O pedido impugnativo é rejeitado por ausência de elementos apresentados pelo autor. Nesse caso, prevaleceu, de acordo com o Direito Administrativo, a denominada presunção de:

- (A) eficácia
- (B) habilidade
- (C) onerosidade
- (D) legitimidade

24. (2021)

O prefeito da cidade de Porto Amigo decretou a interdição do comércio como forma de combater a proliferação do vírus da COVID-19. Essa medida foi criticada pelas mídias sociais e vários contribuintes insistiram em abrir o comércio. Porém, o prefeito, com a ajuda da guarda municipal, impôs coercitivamente seu fechamento. Nesse caso, o fato de o prefeito usar de força impositiva para o cumprimento da ordem está relacionado com o seguinte atributo do ato administrativo:

- (A) veracidade
- (B) imperatividade
- (C) operatividade
- (D) exequibilidade

25. (2024)

Há diferentes espécies de atos administrativos, que se diferenciam pelo conteúdo do ato emanado. Dessa forma, um exemplo de ato administrativo negocial é a:

- (A) portaria
- (B) licença
- (C) ordem de serviço
- (D) interdição de atividades

26. (2022)

Os atos administrativos emanados do poder hierárquico que visam, no âmbito interno das repartições, disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes, como ocorrem nos provimentos, determinações ou esclarecimentos que se endereçam aos servidores públicos a fim de orientá-los no desempenho de suas atribuições, referem-se à espécie de atos:

- (A) punitivos
- (B) negociais
- (C) normativos
- (D) ordinários

27. (2022)

Quando um órgão da administração pública emite opinião sobre assuntos técnicos de sua competência, temos um ato denominado:

- (A) aprovação
- (B) admissão
- (C) parecer
- (D) autorização

28. (2024)

Um ato administrativo pode deixar de produzir efeitos quando a situação nele contemplada não é mais tolerada pela nova legislação. O ato administrativo, no caso, é editado regularmente, mas torna-se ilegal em virtude da alteração legislativa. A modalidade de extinção do ato administrativo que ocorre na situação descrita é denominada de:

- (A) cassação
- (B) anulação
- (C) revogação
- (D) caducidade

29. (2022)

A espécie de ato negocial, por meio do qual o Poder Público extingue unilateralmente um crédito ou um direito próprio, liberando definitivamente a pessoa obrigada perante a Administração, é denominada:

- (A) licença
- (B) renúncia
- (C) dispensa
- (D) homologação

30. (2023)

Na estrutura da Administração Pública, a centralização é uma característica da:

- (A) administração direta
- (B) atividade administrativa
- (C) atividade organizacional
- (D) organização departamental

31. (2022)

Quanto à sua estrutura, os órgãos públicos são classificados em:

- (A) simples e compostos
- (B) singulares e colegiados
- (C) superiores e subalternos
- (D) independentes e autônomos

32. (2021)

Os desmembramentos da administração federal direta que não chegam a ser uma pessoa jurídica, mas gozam de certa autonomia administrativa e financeira para o desempenho de suas atribuições específicas, como o Arquivo Nacional e o Departamento de Imprensa Nacional, são órgãos do tipo:

- (A) auxiliares
- (B) dirigentes
- (C) autônomos
- (D) entes de cooperação

1. (2022)

De acordo com o IBGE, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

Sergipe, durante quase dois séculos e meio, foi de capitania subalterna, dedicada a abastecer a Bahia com sua produção _____ . Dela, recebia as famílias-dominantes, os encargos, as autoridades e os produtos de seu comércio.

- (A) agropecuária
- (B) aquicultural
- (C) agroindustrial
- (D) carcínicultural
- (E) piscicultural

2. (2022)

Segundo DÉDA, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

Realizada a conquista de Sergipe, aconteceram os primeiros atos positivos para a colonização, com as outorgas de cartas de sesmarias aos que se apresentavam em condições de desenvolver a produção e o povoamento da nova Capitania.

Simão Dias morreu em batalha, no dia 2 de julho de 1989, deixando dois filhos como seus descendentes.

O casal Manoel de Carvalho Carregosa e Ana Francisca de Meneses, apesar de sua importância na história de Simão Dias, não foram reconhecidos como responsáveis pela colonização e pelo desenvolvimento de Simão Dias.

- (A) C - C - E.
- (B) E - C - C.
- (C) C - E - E.
- (D) E - C - E.
- (E) C - E - C.

3. (2022)

De acordo com o IBGE, sobre o Sergipe, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

Em 1820, o Rei do Brasil e de Portugal, Dom João VI, assinava a Carta Régia, elevando Sergipe à categoria de Capitania Independente.

A independência do território de Sergipe da Bahia foi marcada pela tranquilidade e pela aceitação de todos.

A data de emancipação considerada até a década de 1990 foi 24 de outubro, quando se comemora a recuperação da Independência de Sergipe.

- (A) C - C - E.
- (B) E - C - C.
- (C) C - E - E.
- (D) E - C - E.
- (E) C - E - C.

4. (2023)

Acerca do processo de ocupação e colonização do território sergipano, assinale a opção **correta**.

(A) Os padroeiros não tiveram relação com o desenvolvimento das freguesias e paróquias na formação da municipalidade, visto que a Igreja Católica teve papel irrelevante na gênese das povoações até a outorga de cidade a São Cristóvão.

(B) Historicamente, os municípios sergipanos resultaram do surgimento das cidades, que posteriormente foram elevadas à categoria de vila e, por fim, receberam a outorga de freguesia.

(C) Os colonizadores tinham a atribuição de ocupar as terras devolutas, dando-lhes um donatário e uma denominação (topônimo).

(D) Desde a fundação de São Cristóvão, primeira capital sergipana, os camaristas dessa cidade (cargo que hoje corresponde ao de vereador) dispunham de um sistema judiciário consolidado, representado pela Ouvidoria Municipal e pelo Ministério Público Estadual.

5. (2023)

Acerca da cultura sergipana, assinale a opção **correta**.

- (A) Entre as manifestações das festas juninas, a quadrilha tem papel de destaque, preservando-se as mesmas coreografias e locais de apresentação desde os tempos coloniais.
- (B) As exposições agropecuárias e festas como a do milho, a da mandioca, a da laranja, a do quiabo e a da vaca leiteira são momentos de negócios e eventos em que ocorre a exibição de grupos folclóricos e artistas regionais.
- (C) O desenvolvimento socioeconômico do estado suprimiu as características tradicionais do povo sergipano, assim como a inauguração de Aracaju, a nova capital, suplantou antigas manifestações culturais interioranas.
- (D) Com origem na Saxônia medieval, a literatura de cordel é uma manifestação cultural escrita em prosa e acompanhada de ilustrações feitas em litogravura.

6. (2023)

O Censo Demográfico 2010 contabilizou a população indígena com base nas pessoas que se declararam indígenas, no quesito cor ou raça e para os residentes em Terras Indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas. O referido censo revelou ainda que, das 896.917 pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas no Brasil, 572 mil viviam na área rural e 517 mil moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. Sobre a presença de índios em Sergipe, de acordo com o censo apresentado, analise as afirmativas a seguir:

I. Dentre os estados do Nordeste brasileiro, Sergipe é o que possui a menor população indígena.

II. No estado de Sergipe, o número de indígenas residentes fora de Terras Indígenas é maior que o número que reside em Terras Indígenas.

III. O percentual de indígenas que reside em Terras Indígenas no estado de Sergipe não ultrapassa 10% do total de indígenas do estado.

IV. No estado de Sergipe, todas as Terras Indígenas, oficialmente reconhecidas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas, estão localizadas na Região Metropolitana de Aracaju.

Após análise, considera-se corretas

- (A) apenas as afirmativas **III** e **IV**.
- (B) apenas a afirmativa **I**.
- (C) apenas as afirmativas **I** e **II**.
- (D) apenas as afirmativas **I** e **III**.
- (E) apenas as afirmativas **II** e **III**.

7. (2023)

Atribuímos ao geógrafo Pedro Pinchas Geiger, a divisão regional do Brasil em três regiões geoeconômicas. Essa divisão se baseia no processo histórico de formação do território brasileiro levando em conta, especialmente, os efeitos da industrialização. Dessa forma, ela busca refletir a realidade do país e compreender seus mais profundos contrastes. Sendo assim, podemos afirmar corretamente que o estado de Sergipe, dentro dessa perspectiva citada, está localizado na

- (A) Região Geoeconômica Vale do São Francisco.
- (B) Região Geoeconômica Nordeste.
- (C) Região Geoeconômica Amazônia.
- (D) Região Geoeconômica Noroeste.
- (E) Região Geoeconômica Semiárida.

8. (2023)

Sergipe, com uma área territorial aproximada de 21.938,188 km² e população estimada em 2.338.474 de pessoas, segundo dados do IBGE (2021), faz divisa com os estados

- (A) da Bahia e Minas Gerais.
- (B) de Alagoas e Pernambuco.
- (C) da Bahia e Alagoas.
- (D) de Pernambuco e Bahia.
- (E) do Rio Grande do Norte e Alagoas.

9. (2023)

A economia de Sergipe, historicamente, baseia-se na agricultura, com destaque para o cultivo de cana-de-açúcar e sua industrialização. No entanto, a descoberta de petróleo e gás natural em solo sergipano trouxe novas perspectivas de desenvolvimento, passando a ser um dos mais importantes produtos da economia do estado, quando a Petrobras iniciou sua atuação, começando ali um novo ciclo, no qual adquiriu destaque a indústria extrativa mineral, especificamente, no município de

- (A) Capela do Óleo.
- (B) Aracaju.
- (C) Arauá.
- (D) Carmópolis.
- (E) Boquim.

10. (2023)

Acerca dos aspectos físicos do estado de Sergipe, analise as afirmativas abaixo:

I. O relevo sergipano é marcado por planaltos cuestanos e depressões absolutas, na maior parte do território.

II. Os rios do território sergipano pertencem a duas bacias hidrográficas: a do São Francisco e a do Semiárido Sertanejo.

III. No sertão sergipano predomina o clima tropical semiárido, caracteristicamente, quente e seco.

IV. A caatinga é o bioma predominante em Sergipe, mas também existem mangues litorâneos e uma faixa de floresta tropical, bastante desmatada.

Após análise, considera-se **corretas**

- (A) apenas nas afirmativas **II, III e IV.**
- (B) apenas nas afirmativas **I e II.**
- (C) apenas nas afirmativas **I e III.**
- (D) apenas nas afirmativas **II e III.**
- (E) apenas nas afirmativas **III e IV.**

11. (2021)

Em relação ao estado de Sergipe, no que se refere à população indígena, é **correto** afirmar que

- (A) os grupos indígenas remanescentes do litoral nordestino são de um único grupo étnico, os guarani-kaiowa.
- (B) o extermínio das populações indígenas tradicionais levou à erradicação desses grupos nos estados da região Nordeste do Brasil, única região brasileira sem população indígena e terras demarcadas.
- (C) os conflitos com os colonizadores europeus induziram as populações indígenas que habitavam o território do atual estado de Sergipe a migrarem para outras regiões do país.
- (D) o extermínio das etnias indígenas no território do atual Sergipe levou à diminuição drástica dessas populações. Atualmente, a etnia xocó é um dos grupos indígenas remanescentes no município sergipano de Porto da Folha.

12. (2021)

Acerca dos condicionantes geoambientais do estado de Sergipe, é **correto** afirmar que

- (A) os tabuleiros costeiros são formas de relevo em que os solos são profundos, de origem sedimentar oceânica e depositados sobre rochas vulcânicas.
- (B) os tabuleiros são constituídos pela deposição de sedimentos marinhos e fluviais, formando a bacia sedimentar de Sergipe.

(C) os tabuleiros costeiros são formas de relevo em que os solos são de grande fertilidade, em razão da deposição de sedimentos dos rios, principalmente da bacia do rio São Francisco.

(D) os tabuleiros da planície costeira em Sergipe são desprovidos de morros e as altitudes médias estão abaixo de 200 metros.

13. (2021)

A agricultura é um dos setores que compõem o produto interno bruto (PIB) sergipano, sendo desenvolvida no estado desde o período colonial. Na atualidade, o setor participa de cerca de 5% do PIB estadual, tendo como principal produto

- (A) a laranja, com cerca de dez milhões de pés.
- (B) o café produzido no agreste do estado.
- (C) a manga produzida por meio de agricultura irrigada.
- (D) a soja, que tem substituído a tradicional produção de feijão.

14. (2021)

A respeito da educação no estado de Sergipe, assinale a opção **correta**.

- (A) Em Sergipe, à medida que a taxa de natalidade diminui, há diminuição das escolas responsáveis pela oferta dos anos iniciais do ensino fundamental e pré-escola, e aumento das unidades escolares para a oferta de ensino profissional e médio.
- (B) O ensino médio em Sergipe é organizado em três anos, sendo que a rede pública estadual dispõe do maior número de escolas.
- (C) A maior parte das escolas de educação básica em Sergipe é de responsabilidade do governo estadual.
- (D) As escolas de educação básica da rede privada aumentaram sua participação na oferta de vagas em Sergipe e representam quase a metade das unidades escolares.

15. (2021)

Todas as instâncias da vida colonial delinearão-se a partir da ocupação e do uso do território sergipano, principalmente em sua porção litorânea. Nesse contexto, assinale a opção correta em relação à atividade econômica fundadora de Sergipe.

- (A) A agropecuária bovina e a produção de frutas tropicais desde o século XVIII até o período atual têm grande participação na formação do PIB sergipano.

(B) Durante o período colonial, as lavouras de algodão possibilitaram o desenvolvimento de uma rica e próspera economia em Sergipe, o que induziu à posterior industrialização do estado.

(C) A cultura de cana-de-açúcar é tradicional em Sergipe desde o período colonial até a atualidade, em especial na Zona da Mata.

(D) A substituição de lavouras tradicionais por novas culturas, como a laranja, o tabaco e o algodão, é uma das características da economia sergipana ao longo dos últimos três séculos.

16. (2021)

Os primeiros núcleos urbanos coloniais sergipanos que se constituíram como cidades históricas tombadas pelo patrimônio histórico na atualidade são

- (A) Laranjeiras e São Cristóvão.
- (B) Aracaju e Itabaiana.
- (C) Canindé de São Francisco e Poço Redondo.
- (D) cidades da região metropolitana de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros.

17. (2023)

Acerca do processo de ocupação e povoamento do território sergipano, analise as afirmativas abaixo:

I. Os primeiros indícios da ocupação humana do território que hoje corresponde ao estado de Sergipe, datam do final do século XVI.

II. Como os primeiros habitantes do território, que hoje corresponde ao estado de Sergipe, não possuíam o domínio da escrita, esses povos não fazem parte da história tradicional do estado sergipano.

III. Através da análise de achados arqueológicos, podemos identificar a existência de Canindés, Aratus e Tupi-guaranis no território sergipano primitivo.

IV. Situado entre os rios São Francisco e Real, o litoral sergipano foi visitado em expedição, no início do século XVI, por Gaspar de Lemos.

Após análise, considera-se corretas

- (A) apenas a alternativa III.
- (B) apenas as afirmativas I e II.
- (C) apenas as afirmativas I e III.
- (D) apenas as afirmativas II e III.
- (E) apenas as afirmativas III e IV.

18. (2023)

No ano de 2022, ficou em cartaz no Centro Cultural de Aracaju, uma exposição que lembrou os 80 anos dos torpedeamentos de embarcações brasileiras na costa da capital sergipana, fato que desencadeou a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Os torpedeamentos, que provocaram a morte de cerca de 600 pessoas e mudou de forma intensa a vida na capital sergipana, foram promovidos por

- (A) submarinos pertencentes à esquadra naval stalinista.
- (B) submarinos alemães.
- (C) navios de guerra italianos.
- (D) pilotos kamikazes japoneses.
- (E) navios aliados comandados pelo exército soviético.

19. (2023)

Em 1982, com o aumento do volume e da intensidade dos deslocamentos pendulares entre a capital sergipana e seus municípios vizinhos, o governo do Estado de Sergipe criou a Região Metropolitana da Grande Aracaju (RGA). No entanto, em 1995, por Lei Complementar, houve uma redefinição e, conseqüente, instituição da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), formada pelos municípios de Aracaju,

- (A) Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros.
- (B) Lagarto, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Itabaianinha.
- (C) São Cristóvão, Boquim e Umbaúba.
- (D) Barra dos Coqueiros, Umbaúba, Neópolis e São Cristóvão.
- (E) Boquim, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão.

GABARITO

1	A
2	C
3	E
4	C
5	B
6	E
7	B
8	C
9	D
10	E
11	D

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA PMSE

1. De acordo com o artigo 2º do Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Sergipe, a Polícia Militar é subordinada a qual órgão?

- (A) Ministério da Defesa
- (B) Secretaria de Segurança Pública
- (C) Assembleia Legislativa
- (D) Governo do Estado

2. Qual das alternativas abaixo corresponde a uma situação na qual um policial-militar é considerado “na ativa”?

- (A) Quando o policial-militar está na reserva remunerada e não pode ser convocado.
- (B) Quando é reformado e afastado definitivamente do serviço.
- (C) Quando é aluno de órgão de formação de policiais-militares da ativa.
- (D) Quando possui mais de 30 anos de efetivo serviço.

3. Segundo o Estatuto, a hierarquia e a disciplina na Polícia Militar são:

- (A) Apenas um conjunto de normas a serem seguidas em atividades específicas.
- (B) A base institucional da Polícia Militar, determinando a ordem e funcionamento regular da instituição.
- (C) Critérios facultativos para a gestão de cada unidade policial.
- (D) Aspectos aplicáveis apenas aos policiais da ativa, sem exigências para reformados.

4. O policial-militar que ingressa na corporação assume um compromisso que inclui:

- (A) A promessa de cumprir ordens, somente durante o horário de expediente.
- (B) O dever de servir a comunidade estadual mesmo com risco de vida.
- (C) A obrigação de seguir apenas as ordens de seus superiores imediatos.
- (D) A aceitação de uma carreira temporária e limitada.

5. Conforme o artigo 26, o sentimento de servir à comunidade estadual é traduzido pela:

- (A) Observância aos regulamentos de conduta.
- (B) Vontade de cumprir o dever policial-militar com dedicação e entusiasmo.
- (C) Eficiência no julgamento dos subordinados.
- (D) Capacidade de delegar funções entre os pares.

6. Qual das alternativas abaixo é uma condição para o ingresso nos estabelecimentos de ensino da Polícia Militar destinados à formação de oficiais?

- (A) Ser brasileiro, possuir diploma de ensino superior e no mínimo 21 anos de idade.
- (B) Ser maior de 18 anos e não ter antecedentes criminais.
- (C) Não ter exercido atividades prejudiciais à Segurança Nacional.
- (D) Ser aprovado em teste psicológico apenas.

7. A respeito dos deveres policiais-militares, o vínculo que liga o policial-militar à comunidade e à segurança pública compreende essencialmente:

- (A) Dedicção parcial ao serviço policial-militar.
- (B) Ocultação de símbolos nacionais em todas as cerimônias.
- (C) Proibidade e lealdade em todas as circunstâncias.
- (D) Liberdade para agir em qualquer situação sem prestar contas.

8. No que diz respeito ao uso de uniformes, conforme o Estatuto, é proibido ao policial-militar usar o uniforme:

- (A) Durante eventos oficiais ou comemorações cívicas.
- (B) Em reuniões ou manifestações de caráter político-partidário.
- (C) Durante solenidades militares.
- (D) Em atividades de treinamento interno da corporação.

9. Segundo o Estatuto, a transferência para a reserva remunerada de um policial-militar ocorre de forma compulsória (“ex-offício”) quando:

- (A) O policial-militar solicita a transferência com mais de 30 anos de serviço.
- (B) Ultrapassa dois anos contínuos em licença para tratamento de saúde de pessoa da família.
- (C) Deseja concorrer a cargo eletivo.
- (D) Alcança 10 anos de efetivo serviço.

10. Segundo o artigo 3º, a remuneração do servidor militar da ativa é composta por:

- (A) Vencimentos, indenizações e pensões.
- (B) Subsídio, gratificações e proventos.
- (C) Subsídio, indenizações e outros direitos pecuniários.
- (D) Salário(família, auxílios e adicionais).

11. Qual o percentual do soldo atribuído à Gratificação por Periculosidade para o servidor militar da ativa, conforme previsto no artigo 17?

- (A) 10%
- (B) 15%
- (C) 25%
- (D) 30%

12. De acordo com o artigo 6º, o direito à remuneração de um servidor militar cessa quando ele:

- (A) Entra em licença para tratamento de saúde de pessoa da família.
- (B) Cumpre pena privativa de liberdade com possibilidade de recurso.
- (C) É transferido para a reserva remunerada, reforma ou falecimento.
- (D) Solicita afastamento temporário para tratar de interesse particular.

13. Conforme o artigo 25, as diárias não são atribuídas ao servidor militar:

- (A) Quando as despesas de alimentação e alojamento são asseguradas.
- (B) Durante eventos fora da sede por tempo inferior a 12 horas.
- (C) Em dias de viagem em que é custeada apenas a hospedagem.
- (D) Nos casos de afastamento da sede por mais de 24 horas.

14. Qual das opções a seguir define corretamente “Soldo” segundo o artigo 12?

- (A) Valor fixo da remuneração suplementar por atividades extraordinárias.
- (B) Valor variável de acordo com a função exercida pelo servidor.
- (C) Valor básico mensal e irredutível correspondente ao posto ou graduação.
- (D) Quantia paga aos dependentes do servidor militar.

15. Para fazer jus à Ajuda de Custo, um servidor militar deve atender a qual dos critérios, conforme o artigo 31?

- (A) Movimentação para cargo temporário dentro do mesmo município.
- (B) Movimentação para um cargo que exija mudança de domicílio fora da sede.
- (C) Participação em curso de capacitação promovido pelo Estado.
- (D) Exoneração para tratar de interesses particulares.

16. No caso de falecimento do servidor militar, o auxílio-funeral é concedido conforme o artigo 45 e corresponde:

- (A) A até um mês do subsídio anterior ao falecimento, limitado a R\$ 4.426,55.
- (B) A R\$ 2.500,00, sem possibilidade de correção.
- (C) Ao total das despesas de sepultamento, sem limite de valor.
- (D) A até três meses de subsídio, corrigidos pelo IPCA.

17. O artigo 52 dispõe que a Retribuição Financeira por Atividade de Instrução ou Monitoria é destinada a:

- (A) Servidores militares na reserva.
- (B) Qualquer servidor público estadual.
- (C) Compensar atividades de instrução ou monitoria em cursos de formação.
- (D) Atividades operacionais de campo no exterior.

18. Segundo o artigo 38, o direito ao transporte em movimentações por interesse do serviço inclui:

- (A) Transporte pessoal sem extensão aos dependentes.
- (B) Passagem e translação de bagagem para residência e dependentes.
- (C) Indenização em dinheiro, com limite de R\$ 5.000,00.
- (D) Passagem apenas para o servidor em movimentação.

19. Segundo a Lei nº 3669/1995, a Polícia Militar do Estado de Sergipe é considerada:

- (A) Força auxiliar do Corpo de Bombeiros.
- (B) Força subordinada ao Exército Brasileiro.
- (C) Força auxiliar e reserva do Exército.
- (D) Órgão autônomo de segurança estadual.

20. A Polícia Militar do Estado de Sergipe tem como uma de suas competências:

- (A) Coordenar as ações da Polícia Civil em operações de segurança.
- (B) Realizar atividades de polícia ostensiva de trânsito e segurança.
- (C) Executar julgamentos disciplinares de outras instituições militares.
- (D) Coordenar o policiamento aéreo em todo o Estado.

21. A PM/SE, conforme a Lei nº 3669/1995, é subordinada administrativamente:

- (A) À Assembleia Legislativa.
- (B) Ao Secretário de Segurança Pública.
- (C) Ao Governador do Estado.
- (D) Ao Ministro da Justiça.

22. De acordo com a estrutura básica da PM/SE, os órgãos de apoio da corporação incluem:

- (A) A Companhia de Polícia Rodoviária.
- (B) O Hospital da Polícia Militar.
- (C) O Batalhão de Polícia de Choque.
- (D) A Companhia de Operações Especiais.

23. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) tem como objetivo:

- (A) Formar e aperfeiçoar oficiais da PM/SE.
- (B) Coordenar as operações de segurança do Estado.
- (C) Formar e especializar praças da PM/SE.
- (D) Organizar o policiamento montado na capital.

24. A Companhia de Polícia de Trânsito (CPTTran) é responsável por:

- (A) Realizar policiamento de trânsito nas rodovias estaduais.
- (B) Coordenar a fiscalização de trânsito e transporte público.
- (C) Executar missões de policiamento de trânsito urbano.
- (D) Apoiar a segurança interna das sedes administrativas estaduais.

25. Quem é o responsável pela coordenação e fiscalização de todas as atividades da Polícia Militar de Sergipe, conforme a estrutura do Estado Maior?

- (A) O Governador do Estado.
- (B) O Comandante Geral da PM/SE.
- (C) O Chefe da Consultoria Jurídica.
- (D) O Chefe do Estado Maior.

26. Entre as unidades operacionais da Polícia Militar, o Esquadrão de Polícia Montada tem a missão de:

- (A) Policiar áreas rurais e de difícil acesso.
- (B) Realizar operações de combate ao narcotráfico.
- (C) Coordenar a proteção ao meio ambiente.
- (D) Atuar como unidade de patrulhamento aéreo.

26. De acordo com a Lei nº 7.823/2014, o efetivo total da Polícia Militar do Estado de Sergipe é de:

- (A) 6.000 policiais militares.
- (B) 6.500 policiais militares.
- (C) 6.600 policiais militares.
- (D) 6.700 policiais militares.

27. O Quadro de Oficiais Músicos Policiais Militares (QOMPM/Músico) possui quantos cargos para o posto de 1º Tenente?

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5

28. No quadro de Qualificações Policiais Militares Particulares (QPMP), qual é o número de vagas para Soldado combatente?

- (A) 1.500
- (B) 2.000
- (C) 2.500
- (D) 2.995

29. A lei estipula que, nos concursos públicos, um mínimo de vagas é reservado para candidatos do sexo feminino. Esse percentual é de:

- (A) 5%
- (B) 10%
- (C) 15%
- (D) 20%

30. Segundo a Lei nº 7.823/2014, as despesas decorrentes de sua execução devem ser cobertas:

- (A) Por dotações próprias do orçamento do Estado.
- (B) Pelo Fundo de Segurança Pública.
- (C) Pelo Ministério da Defesa.
- (D) Pelas contribuições dos servidores militares.

31. O Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Sergipe (CEDM/SE) aplica(se a:

- (A) Militares da ativa e da reserva remunerada em todos os casos.
- (B) Militares da ativa e da reserva remunerada apenas em casos previstos.
- (C) Apenas militares da ativa.
- (D) Todos os servidores públicos estaduais.

32. Segundo a Lei, o conceito “A” é atribuído ao militar estadual que possui:

- (A) Até 50 pontos negativos.
- (B) Exatamente 50 pontos positivos.
- (C) A partir de 50 pontos positivos.
- (D) No mínimo 100 pontos positivos.

33. No CEDM/SE, o princípio da disciplina é descrito como:

- (A) A observância de normas internas e valores pessoais.
- (B) A ordenação progressiva da autoridade entre os níveis hierárquicos.
- (C) O cumprimento rigoroso das leis, regulamentos e ordens emitidas por autoridades competentes.
- (D) O respeito mútuo entre pares.

34. A transgressão disciplinar considerada “leve” pode resultar em uma sanção com até quantos pontos negativos?

- (A) 5 pontos.
- (B) 10 pontos.
- (C) 15 pontos.
- (D) 20 pontos.

35. Dentre as transgressões disciplinares graves, uma delas é:

- (A) Deixar de cumprir ordem legal.
- (B) Apresentar(se com sinais de embriaguez em serviço.
- (C) Chegar atrasado ao expediente.
- (D) Portar identificação em serviço.

36. Para cada transgressão leve, média e grave, a pontuação base atribuída é, respectivamente:

- (A) 3, 5 e 8 pontos negativos.
- (B) 5, 15 e 25 pontos negativos.
- (C) 8, 12 e 20 pontos negativos.
- (D) 10, 15 e 30 pontos negativos.

37. Uma das recompensas concedidas aos militares, conforme o CEDM/SE, é:

- (A) A promoção automática.
- (B) Dispensa de serviço.
- (C) Aumento salarial.
- (D) Licença para tratar de assuntos particulares.

38. O limite máximo de pontos negativos que classifica um militar no conceito “C” é de:

- (A) 50 pontos.
- (B) 75 pontos.
- (C) 100 pontos.
- (D) 65 pontos.

39. Quando a transgressão disciplinar ocorre em legítima defesa, ela é considerada:

- (A) Justificada.
- (B) Atenuada.
- (C) Agravada.
- (D) Classificada como leve.

40. Entre as sanções disciplinares listadas no CEDM/SE está a suspensão das atividades militares, que pode durar até:

- (A) 5 dias.
- (B) 7 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 15 dias.

41. A permanência disciplinar é uma sanção em que o militar deve permanecer:

- (A) Em serviço externo.
- (B) Na Organização Militar (OM), sem restrição de compartimentos.
- (C) Em sua residência.
- (D) Em serviço extraordinário, remunerado.